



Educação e Sociedade na Primeira República

Education and Society in the First Brazilian Republic

Fábio Rodrigo Paludo

Doutorando em Educação pela Universidade Tuiuti do Paraná, Mestre em Educação nas Ciências pela Unijui Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. Especialista em Metodologias Inovadoras Aplicadas à Educação pela Uninter. Graduação em Ciências Sociais pela UNIOESTE Universidade Estadual do Oeste do Paraná.

Elaine Marilene Stack Paludo

Mestre em Ensino (UNIVATES). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8308-8241>

Resumo: O livro Educação e sociedade na Primeira República, de Jorge Nagle, resulta de pesquisas realizadas desde os anos 1960 sobre a história da educação brasileira no período republicano. Organizada em duas partes, a obra analisa, inicialmente, os movimentos político-sociais e correntes de pensamento nacionalismo, catolicismo, tenentismo, modernismo e os antecedentes do integralismo evidenciando como moldaram a educação e a sociedade da Primeira República. Nagle demonstra que a educação foi um espaço de disputa ideológica, marcada pela tentativa de construir um cidadão republicano, mas também pela manutenção da influência católica e pelo caráter excludente das políticas educacionais. Na segunda parte, o autor introduz as categorias “entusiasmo pela educação” e “otimismo pedagógico” para explicar o contexto de reformas e expansão do ensino, como a criação da Universidade do Rio de Janeiro, a Reforma de João Luiz Alves e a remodelação do ensino técnico, profissional e agrônomo. Essas iniciativas visavam modernizar o país e formar mão de obra qualificada, mas continuaram restritas às elites. Para Nagle, o projeto educacional republicano serviu à consolidação da ordem social e política, reforçando desigualdades de classe, raça e território. A obra, assim, oferece uma análise crítica das relações entre educação, política e sociedade na Primeira República e das raízes históricas da exclusão educacional no Brasil.

Palavras-chave: história da educação; primeira república; modernismo e pedagogia.

Abstract: The book Education and Society in the First Republic, by Jorge Nagle, stems from research carried out since the 1960s on the history of Brazilian education during the republican period. Organized in two parts, the work initially analyzes the political and social movements and currents of thought nationalism, Catholicism, tenentismo, modernism and the antecedents of integralism showing how they shaped education and society in the First Republic. Nagle demonstrates that education was a space of ideological dispute, marked by the attempt to build a republican citizen but also by the persistence of Catholic influence and the exclusionary nature of educational policies. In the second part, the author introduces the categories “enthusiasm for education” and “pedagogical optimism” to explain the context of reforms and the expansion of schooling, such as the creation of the University of Rio de Janeiro, the João Luiz Alves Reform, and the restructuring of technical, vocational, and agronomic education. These initiatives aimed to modernize the country and train a qualified workforce but remained restricted to the elites. For Nagle, the republican educational project served to consolidate social and political order, reinforcing class, racial, and territorial inequalities. The work thus offers a critical analysis of the relationships between education, politics, and society in the First Republic and of the historical roots of educational exclusion in Brazil.

Keywords: history of education; first republic; modernism and pedagogy.

INTRODUÇÃO

A obra *Educação e Sociedade na Primeira República*, de Jorge Nagle, é um marco nos estudos sobre a história da educação brasileira. Resultado de pesquisas iniciadas nos anos 1960, inicialmente concebida como tese de livre-docência no Departamento de Educação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Araraquara, ela integra um amplo programa coordenado por Laerte Ramos de Carvalho na Universidade de São Paulo, voltado para a investigação do desenvolvimento educacional brasileiro no período republicano.

Nagle, professor de Teoria Geral da Educação, amplia seu projeto inicial centrado nas reformas de Francisco Campos e na história da educação de 1930 a 1934 para analisar as origens da Primeira República, inscrevendo seu trabalho em um esforço coletivo de compreensão das transformações políticas, sociais e educacionais do país.

O livro é organizado em duas partes. Na primeira, Nagle (1974) examina os setores político, econômico e social, destacando os movimentos e correntes de ideias como nacionalismo, catolicismo, tenentismo, modernismo e os antecedentes do integralismo que moldaram a sociedade e a educação no início do século XX. Essa abordagem evidencia como a escola foi concebida como instrumento de construção de uma nova cidadania republicana e, ao mesmo tempo, de preservação de privilégios e hierarquias sociais.

Na segunda parte, Nagle (1974) apresenta sua contribuição mais original: as categorias “entusiasmo pela educação” e “otimismo pedagógico”. Ao analisar reformas e iniciativas como a criação da Universidade do Rio de Janeiro, a Reforma de João Luiz Alves e a remodelação do ensino técnico, profissional e agrônômico, o autor demonstra como o discurso modernizador convivia com práticas excludentes que restringiam o acesso escolar às elites.

Esta introdução busca contextualizar a gênese e a relevância da obra de Nagle, destacando seu valor para compreender as relações entre educação, política e sociedade na Primeira República e para problematizar as raízes históricas das desigualdades educacionais que ainda marcam o Brasil contemporâneo.

Educação e Sociedade na Primeira República

A pesquisa de Nagle (1974) primeiramente foi planejada como tese de livre-docência no Departamento de Educação, da Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras de Araraquara. Em 1962, Laerte Ramos de Carvalho o convidara para participar de um amplo programa de investigação desenvolvido pela Cadeira de História e Filosofia da Educação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, sobre história da educação brasileira no período republicano, do qual deveriam nascer várias teses de doutorado e uma outra série de pesquisas relativas à História da Educação no Estado de São Paulo, a partir de 1920.

Nagle já vinha sendo orientado por Laerte, pelo menos desde 1960. Inicialmente, planejava um estudo sobre as Reformas Francisco Campos,

ampliando-o, posteriormente, para A Revolução e a Educação, a história da educação brasileira no período de 1930-34. No grupo de pesquisa de História da Educação Brasileira de Laerte Ramos, ele já constava com esse tema ampliado.

Nagle era professor da Cadeira de Teoria Geral da Educação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Araraquara quando foi chamado por Laerte Ramos para integrar o grupo de pesquisa. Assim como ele, outros membros do grupo eram professores das faculdades isoladas paulistas, que se distribuíam pelo interior e que mais tarde foram integradas à Unesp.

A obra de Jorge Nagle é organizada em duas partes o livro aborda, na primeira, os setores político, econômico e o setor social. Nesta parte, o autor apresenta os movimentos político-sociais e correntes de ideias socialismo, anarquismo e maximalismo denominação original, no Brasil, do bolchevismo/comunismo. Além de analisar os movimentos mais marcantes do período, tais como o nacionalismo, o catolicismo, o tenentismo, o modernismo e os antecedentes do integralismo.

Nagle (1974) examina o nacionalismo como uma força que moldou a educação brasileira na Primeira República. Ele aponta que, após a Proclamação da República, houve um movimento para criar uma identidade nacional mais laica e republicana, rompendo com o modelo monárquico anterior. Esse nacionalismo buscava formar um cidadão que contribuísse para o progresso e a modernização do país, através da educação pública. O ensino passou a ser visto como um instrumento para a construção de um novo país.

O catolicismo, segundo Nagle (1974) teve uma relação complexa com o Estado republicano. Durante o Império, a Igreja Católica era uma instituição oficial, e após a Proclamação da República, houve uma separação entre Igreja e Estado. Apesar disso, o catolicismo manteve uma forte influência na sociedade, e esse conflito ideológico entre o laicismo republicano e o catolicismo foi refletido no campo educacional. Nagle discute como a Igreja continua a influenciar as práticas educacionais, mesmo com a secularização oficial da educação.

O tenentismo, movimento militar que ganhou força nas décadas de 1920 e 1930, também é abordado por Nagle. Ele menciona como os tenentes defendem reformas sociais e políticas, incluindo mudanças na educação. Os tenentes criticaram o atraso educacional do Brasil e o papel das oligarquias rurais no controle do ensino. Para os tenentes, a modernização do país passava pela modernização do sistema educacional, e eles acreditavam que uma educação centralizada e mais voltada para o povo ajudaria a transformar o Brasil.

Nagle (1974) explora o modernismo no contexto educacional e cultural, associando-o ao desejo de renovação intelectual e artística que também impactava a visão sobre a educação. O movimento modernista, com figuras como os escritores e artistas da Semana de Arte Moderna de 1922, buscava romper com o tradicionalismo e olhar para o Brasil de forma crítica e renovadora. Na educação, isso exigiu questionar os modelos de ensino baseados em valores ultrapassados e propor inovações pedagógicas, que chegaram mais de acordo com a realidade brasileira e os desafios, diante da realidade da sociedade brasileira.

Nagle também menciona os antecedentes do integralismo, um movimento político de extrema-direita que se consolidou na década de 1930, mas cujas raízes podem ser encontradas na Primeira República. O integralismo foi uma resposta ao liberalismo e ao comunismo, defendendo um nacionalismo autoritário e inspirado em ideologias fascistas. Nagle explora como as ideias nacionalistas e conservadoras presentes na sociedade e na educação, ainda que no estágio inicial, influenciaram o surgimento do integralismo. Esse movimento criticava a democracia liberal e exaltava uma educação moralista e disciplinada, que preparava o indivíduo para servir à nação de forma hierárquica e subordinada aos valores cristãos.

Em resumo, Jorge Nagle analisa como esses elementos o nacionalismo, o catolicismo, o tenentismo, o modernismo e os antecedentes do integralismo influenciaram as concepções educacionais e políticas da Primeira República. Ele argumenta que a educação foi um campo de disputa ideológica e política, essas correntes moldaram o desenvolvimento da sociedade brasileira.

A segunda parte é toda ela dedicada à educação. O autor escreve sobre o otimismo que se apresenta em relação a educação, havia uma crença como ele se refere na sua obra, que com a multiplicação de instituições de ensino no território brasileiro, conseguiria inserir uma grande camada da população na onda de progresso do país, e ainda conseguir inserir o Brasil entre os grandes países no cenário mundial.

Na segunda parte que reside, a originalidade e o de mais fecundo na contribuição de (Nagle, 1974) com a formulação das categorias “entusiasmo pela educação e otimismo pedagógico” (Nagle, 1974, p. 245). Estas expressões passaram, desde então, a ser referenciais em quaisquer estudos ou pesquisas sobre a educação na Primeira República.

Jorge Nagle (1974, p. 246) discute o “entusiasmo pela educação”, uma característica que emergiu no Brasil no início do século XX, particularmente no contexto das reformas educacionais e da modernização do país. Essa excitação foi reflexo das transformações sociais, econômicas e políticas que estavam em curso, assim como a influência das ideias recebidas da Europa e dos Estados Unidos sobre o papel da educação no desenvolvimento nacional.

Nagle (1974, p. 246) destaca que esse “entusiasmo educacional”, estava relacionado a uma percepção crescente, por parte das elites intelectuais e políticas, de que a educação era um elemento-chave para o progresso econômico e as consolidações da República. Havia uma crença generalizada de que o país provavelmente formaria cidadãos aptos a participar da vida moderna, da economia e das instituições republicanas.

Esse otimismo com relação à educação foi traduzido em uma série de iniciativas e reformas que buscavam expandir e melhorar o ensino público. Entre os fatores que contribuíram para esse aumento de interesse pela educação, Nagle aponta: Valorização do ensino público e laico: Houve uma tentativa de estabelecer um sistema educacional estatal, que substituisse o domínio anterior da Igreja Católica sobre a educação. A educação passou a ser vista como um direito do cidadão e um dever do Estado.

Nagle (1974) explica que, até então, o ensino superior no Brasil era fragmentado, composto por escolas isoladas e especializadas, como faculdades de medicina, direito e engenharia, sem uma integração institucional. A criação da Universidade do Rio de Janeiro foi uma resposta à necessidade de dar um passo rumo à modernização educacional, promovendo a unificação de faculdades e a criação de uma estrutura que permite o desenvolvimento de um ambiente acadêmico.

A Universidade do Rio de Janeiro foi formada a partir da união de três escolas preexistentes: a Faculdade de Medicina, a Faculdade de Direito e Escola Politécnica.

Nagle também analisa como a criação da universidade foi impulsionada pelo desejo das elites políticas e intelectuais de consolidar o papel da educação superior no processo de modernização do país. Além disso, uma nova instituição refletia a necessidade de formar profissionais capacitados para lidar com os desafios da industrialização, da urbanização e das novas exigências sociais e econômicas.

No entanto, Nagle também critica algumas limitações do projeto. Ele observa que a Universidade do Rio de Janeiro, inicialmente, não representava uma verdadeira universidade no sentido moderno, pois não oferecia um ambiente acadêmico amplo e diversificado, nem promovia a pesquisa científica de forma integrada. A universidade era, em grande parte, uma reunião de escolas profissionais que funcionava de maneira relativa.

Em resumo, Jorge Nagle vê a criação da Universidade do Rio de Janeiro como um passo importante para a institucionalização do ensino superior no Brasil, mas também ressalta as limitações iniciais dessa iniciativa. Foi uma resposta às demandas de modernização do país, embora ainda estivesse distante das grandes universidades internacionais que serviam como modelo.

Jorge Nagle (1974, p. 246) discute a “Reforma de João Luiz Alves”, realizada em 1925, que foi uma das experiências de reorganização do ensino secundário no Brasil durante esse período. A reforma tinha como objetivo modernizar e melhorar a qualidade da educação, e Nagle a analisa no contexto mais amplo de transformações sociais, econômicas e políticas no Brasil da época.

A reforma, promovida por João Luiz Alves, que era Ministro da Justiça e Negócios Interiores, tinha como objetivo central reorganizar o ensino secundário que hoje corresponde ao ensino médio, buscando adequá-lo às necessidades de uma sociedade que se modernizava e que começava a se industrializar.

O sistema educacional brasileiro, até aquele momento, era considerado elitista e desatualizado, e a reforma visava alinhar o ensino à critério de uma nação que precisava de mão de obra qualificada e de cidadãos preparados para os desafios da modernidade.

Nagle destaca vários pontos-chaves da Reforma de João Luiz Alves: primeira reorganização curricular: A reforma propunha uma reestruturação do currículo no ensino secundário, incluindo disciplinas mais alinhadas com as demandas da sociedade moderna, como ciências e matemática, além de dar maior ênfase à formação prática e técnica dos estudantes. O objetivo era criar uma educação mais utilitária, que preparasse os jovens não apenas para o ingresso nas universidades, mas também para atuar no mercado de trabalho.

Na segunda parte de Educação e Sociedade na Primeira República, Jorge Nagle aborda a remodelação do ensino profissional técnico, um processo que ganhou destaque no início do século XX como parte das reformas educacionais externas para a modernização e a industrialização do Brasil.

Nagle (1974) contextualiza esse movimento dentro do crescente reconhecimento da importância de uma educação que prepara os jovens para o mercado de trabalho, especialmente diante das demandas de um país que estava em processo de industrialização.

Nagle (1974) explica que o Brasil, em plena fase de urbanização e industrialização, necessitava de uma força de trabalho mais desenvolvida e especializada. As elites políticas e econômicas começaram a perceber que o ensino profissional técnico poderia fornecer os trabalhadores treinados que as indústrias precisavam. Dessa forma, o governo passou a se interessar mais pela educação técnica e profissional como um meio de contribuições para o progresso econômico. Ele também menciona que havia uma preocupação com o desenvolvimento econômico independente do Brasil, e o ensino técnico era visto como um caminho para diminuir a dependência de especialistas estrangeiros e para criar uma classe de trabalhadores capacitados para operar nas indústrias locais.

A remodelação do ensino técnico-profissional visa transformar e expandir as escolas técnicas, criando um sistema educacional mais adequado às necessidades econômicas e industriais do país.

Jorge Nagle discute a importância das reformas no ensino específico para a modernização da educação brasileira, incluindo o regulamento do ensino das ciências econômicas e comerciais. Essas mudanças refletiram uma demanda crescente por uma formação que fosse mais diretamente vinculada às necessidades da economia nacional, especialmente em um contexto de expansão do comércio e industrialização.

Nagle (1974) observa que o Brasil, no início do século XX, estava em um processo de transformação econômica, com o crescimento do comércio internacional e o avanço da industrialização. Isso gerou uma demanda crescente por profissionais construídos nas áreas de economia, administração e comércio, capazes de lidar com os desafios de um país que buscava se modernizar economicamente.

Seu objetivo era formar indivíduos aptos a trabalhar em negócios em setores cruciais para o desenvolvimento econômico, como o comércio exterior, a administração de empresas, a contabilidade e a gestão de empresas. Nagle destaca que o ensino dessas disciplinas foi regulamentado para garantir que os currículos fossem adequados às necessidades do mercado e da economia.

Nagle (1974) trata também do ensino agrônomo, enfatizando sua importância no contexto do Brasil agrário do início do século XX. Nagle explica que o ensino agrônomo foi considerado essencial para modernizar o setor agrícola, que era a base da economia brasileira na época, especialmente por causa da exportação de produtos como café, açúcar e algodão.

Nagle (1974) destaca que o Brasil, sendo um país predominantemente rural e dependente da agricultura, é urgentemente urgente de inovações técnicas e científicas no campo agrícola. O ensino agrônômico foi visto como uma solução para melhorar a produtividade, introduzir novas tecnologias agrícolas e formar profissionais capazes de modernizar o setor. Com a crescente preocupação com o progresso econômico, os líderes políticos e intelectuais perceberam que o desenvolvimento da agricultura era fundamental para sustentar a economia nacional.

Foram fundadas de Escolas de Agronomia: Nagle menciona a criação de instituições de ensino externas especificamente para a formação de agrônomos, como as Escolas de Agronomia de Viçosa em Minas Gerais e a Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz ESALQ, em São Paulo. Essas escolas tinham como objetivo formar técnicos e especialistas para melhorar as técnicas de cultivo, manejo do solo e uso de novas tecnologias no campo.

Nagle (1974) posiciona sua análise no cenário pós-abolição e da formação do novo regime republicano, um período marcado por transformações econômicas e sociais no Brasil. A educação, segundo o autor, foi vista como uma ferramenta essencial para moldar os cidadãos que serviriam aos interesses da nova ordem. No entanto, a cidadania plena um ideal republicano estava reservado a uma elite econômica e política, enquanto as camadas populares, incluindo negros, indígenas e trabalhadores rurais, eram largamente marginalizadas.

O objetivo central do livro é demonstrar como as políticas educacionais do período republicano reforçaram a exclusão social e a concentração de poder nas mãos de poucos. Nagle explora a relação intrínseca entre educação, política e sociedade, evidenciando que o acesso à educação formal era extremamente limitado e servia aos interesses das elites que dominavam o cenário político.

Nagle (1974) argumenta que a educação na Primeira República era um elemento de manutenção da ordem social imposta. A influência das ideias positivistas, tão presentes nas elites republicanas, levou a uma valorização da educação científica e técnica, com foco no desenvolvimento de material. No entanto, esse modelo educacional era destinado a formar uma elite administrativa e intelectual.

A obra também expõe o fato de que as iniciativas educacionais da Primeira República estavam muito distantes de serem inclusivas. O analfabetismo era generalizado, e as políticas públicas não demonstravam preocupação com a alfabetização ou a educação das massas populares. Para Nagle, o projeto educacional republicano priorizou os interesses da elite, enquanto atendeu às necessidades da maior parte da população, que vivia em condições precárias e sem acesso à escola.

Outro ponto discutido no livro é o papel da educação como mecanismo de formação de uma cidadania restrita. A educação, longe de ser um meio de inclusão social, reforçava as divisões de classe, raça e geografia, mantendo as desigualdades sociais. A cidadania, portanto, era um privilégio restrito àqueles que tinham acesso ao sistema educacional formal.

A crítica central de Nagle é direcionada ao caráter excludente das políticas educacionais da Primeira República. Ele aponta para a ausência de um projeto nacional de educação que visasse a inclusão social e a superação do analfabetismo, algo essencial para a construção de uma cidadania ampla e democrática. A falta de uma educação universal e inclusiva perpetuava a exclusão social e limitava o potencial de desenvolvimento.

O autor também problematiza a utilização da educação como um instrumento de controle social, onde as elites viam na educação uma forma de consolidar sua hegemonia política e econômica, mantendo as camadas populares subjugadas e sem acesso à educação de qualidade. Essa análise é importante para compreender como a educação no Brasil foi especificamente desenhada para servir a interesses restritos, em vez de promover a mobilidade social e o desenvolvimento igualitário.

O livro de Nagle é uma obra fundamental para quem busca entender a história da educação no Brasil e suas conexões com o poder e a política. Ao analisar a Primeira República, o autor ilumina as raízes das desigualdades educacionais que ainda persistem no país, refletindo sobre as dificuldades de democratizar o acesso à educação em uma sociedade profundamente marcada pela desigualdade social.

Além disso, uma obra é relevante para conectar a discussão educacional com o cenário político e social mais amplo, mostrando que a educação, longe de ser neutra, foi uma peça-chave na consolidação das posições sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A obra *Educação e Sociedade na Primeira República*, de Jorge Nagle, revela-se um marco para a compreensão da história da educação brasileira e de sua relação com os processos políticos e sociais do período republicano. Ao analisar os movimentos ideológicos e as reformas educacionais, Nagle demonstra que a educação, longe de ser um campo neutro, constituiu-se como espaço de disputa de projetos de nação e de manutenção de privilégios das elites.

A introdução das categorias “entusiasmo pela educação e otimismo pedagógico” (Nagle, 1974, p. 245) é uma das contribuições mais originais do autor, permitindo compreender como, ao mesmo tempo em que havia um forte discurso modernizador e reformista, persistiam barreiras estruturais que mantinham amplas camadas da população à margem do sistema escolar. Essa ambiguidade ajuda a explicar a permanência histórica das desigualdades educacionais no Brasil.

O livro evidencia que as reformas, a criação de instituições e o investimento em ensino técnico e superior estiveram, em grande parte, voltados para atender às demandas econômicas e políticas das elites, e não para a democratização do acesso à educação. Assim, a educação funcionou como mecanismo de formação de uma cidadania restrita, reforçando desigualdades de classe, raça e território.

Em síntese, *Educação e Sociedade na Primeira República* é leitura indispensável para compreender como a educação, no contexto republicano, foi concebida e implementada como instrumento de construção nacional, mas também

de exclusão social. O livro fornece subsídios para repensar as políticas públicas educacionais contemporâneas, reforçando a necessidade de um projeto nacional que efetivamente democratize o acesso à educação e promova uma cidadania ampla e igualitária.

REFERÊNCIAS

NAGLE, Jorge. **Educação e sociedade na primeira República**. São Paulo: EPU/EDUSP, 1974.